



## Repórter Brasília

### Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Dívidas de aposentados

JANE DE ARAÚJO/AGÊNCIA SENADO/JC



Os aposentados e pensionistas afetados pelas chuvas do Rio Grande do Sul, podem ter 180 dias para o pagamento de dívidas de crédito consignado. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou nesta terça-feira o Projeto de Lei (PL) 1.815/2024, que pode postergar por seis meses, o pagamento de dívidas de crédito consignado. A proposta do senador gaúcho Paulo Paim (PT) foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos com uma defesa contundente do relator Otto Alencar (PSD-BA) e segue para a Comissão de Assuntos Sociais, onde acredita-se também não enfrentará problemas para aprovação. Daí, segue para a Câmara dos Deputados.

ção de Assuntos Sociais, onde acredita-se também não enfrentará problemas para aprovação. Daí, segue para a Câmara dos Deputados.

## Bolsa Família

O relator Otto Alencar apresentou uma emenda para estender a medida a pessoas que recebem recursos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou de outros programas federais como o Bolsa Família e também fizeram empréstimos consignados. “Um significativo contingente de pessoas vulneráveis e hipossuficientes, abarcando idosos e pessoas com deficiência, que necessitam de urgente suporte financeiro em função da calamidade pública que se desenrola no Rio Grande do Sul.”

## Sem multas e juros

De acordo com o projeto de lei, as prestações suspensas serão convertidas em parcelas extras no final do contrato. O texto veda a aplicação de multas e juros sobre a suspensão da dívida, bem como a inscrição em cadastros de inadimplentes e a apreensão de veículos financiados.

## Reconstruir suas vidas

Para o senador Paulo Paim, “a aprovação do projeto contribuirá para que aposentados e pensionistas possam reestruturar-se de forma mais rápida, uma vez que terão maior disponibilidade financeira para fazer frente à reconstrução de suas vidas”.

## Atuando rápido

O senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) destacou a atuação do Parlamento no socorro à população gaúcha. “O Senado está atuando rápido para ajudar o nosso Rio Grande do Sul”, acentuou. O senador Izalci Lucas (PL-DF) defendeu a aprovação do texto, mas cobrou uma atuação mais ampla de socorro à economia gaúcha, assinalando que “a situação é caótica para todo mundo, inclusive para as empresas”.

## Maior percentual de aposentados

“O Rio Grande do Sul detém hoje o maior percentual de aposentados e pensionistas do Brasil. Em torno de 20% da população gaúcha recebe aposentadorias e pensões. Seis meses não vão matar quem emprestou dinheiro no consignado, mas vão ajudar as pessoas que estão passando por esse momento difícil”, argumentou.

# União pagará salário-mínimo para evitar demissões no RS

Em contrapartida, funcionários terão quatro meses de estabilidade

TÂNIA MEINERZ/JC



Presidente Lula visitou Cruzeiro do Sul nesta quinta-feira acompanhado do governador Eduardo Leite

## /CLIMA

Diego Nuñez, de Cruzeiro do Sul  
diegon@jornaldocomercio.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reuniu ministros no Rio Grande do Sul para anunciar medidas que visam manutenção de empregos. O governo federal vai pagar o valor de um salário-mínimo para repor (partes) vencimentos dos funcionários de empresas atingidas diretamente por enchentes e alagamentos durante dois meses. Em troca, esses funcionários terão quatro meses de estabilidade - não podem ser demitidos.

Segundo o ministro-chefe da Secretaria da Comunicação Social (Secom) e da Secretaria Extraordinária da Reconstrução do RS, Paulo Pimenta (PT), são 434 mil trabalhadores registrados em empresas que foram diretamente atingidas pelas águas. A previsão de investimento nessa ação é de quase R\$ 1,5 bilhão, oriundo do tesouro nacional.

Independentemente se o trabalhador receba mais de um salário-mínimo, o Executivo federal pagará o valor de R\$ 1.412,00 válido para maio e para junho. Será opcional à empresa fazer o ressarcimento do restante do vencimento de seu funcionário, caso receba mais do que o salário-mínimo. A ação foi definida em Medida Provisória (MP) assinada na tarde desta quinta-feira, em Arroio

do Meio, durante a agenda da comitiva presidencial, que também visitou o município de Cruzeiro do Sul.

Uma medida parecida já havia sido editada durante a pandemia do coronavírus, quando, para evitar que o vírus circulasse e incentivando o distanciamento social, a União bancou salários com a contrapartida da estabilidade dos trabalhadores.

“Diferentemente do momento da pandemia, que o benefício foi para as pessoas ficarem em casa, esse não é o momento de ficar em casa. É o momento de reconstrução, de reorganizar a vida, de reconstruir as empresas. De reconstruir a esperança do nosso povo para que a gente volte a enxergar um horizonte em que o Rio Grande do Sul possa brilhar como sempre brilhou na economia brasileira”, discursou o ministro do Emprego e do Trabalho, Luiz Marinho.

O ministro esclareceu que a ação não vale para todos os municípios em situação de calamidade, mas sim para as empresas diretamente atingidas. Segundo ele, a medida deve beneficiar 326 mil trabalhadores celetistas, 40 mil trabalhadores domésticos, 36,5 mil estagiários e quase 28 mil pescadores.

“Pedimos aos empresários que tenham a real compreensão e façam também um esforço no sentido de colaborar nesse processo de reconstrução. As empre-

sas vão poder dizer se estão de acordo (com a medida, se querem aderir)”, prosseguiu Marinho.

A MP é destinada apenas aos atingidos diretamente pela enchente, mas há um grande número de empresas que tiveram que parar suas operações sem estar na “mancha de inundação”, como definiu Marinho, por conta de falta de insumos, por terem que liberar seus funcionários para resolverem seus problemas referentes à catástrofe ou o setor de turismo, por exemplo, que ficou praticamente estagnado.

O **Jornal do Comércio** questionou o ministro Pimenta sobre essa questão. “A empresa pode optar pelo layoff. Bota quatro meses os trabalhadores em qualificação e recebe o salário-desemprego. Nesse caso, é a melhor solução”, respondeu o ministro Pimenta.

O presidente Lula discursou no sentido de ser a garantia política personificada do cumprimento das promessas que têm sido feitas pelo seu governo. “Estou aqui pela quarta vez porque é importante que a gente não permita que aconteça no RS o que já aconteceu tantas vezes: há o desastre, a televisão divulga, as pessoas choram, o tempo vai passando, daqui a pouco todo mundo esqueceu e o que foi prometido não foi feito”, discursou. Lula mais uma vez não fez coletiva de imprensa para ser questionado diretamente pelos jornalistas presentes.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

**SKO**  
OYARZÁBAL  
MARCAS & PATENTES S/C  
Ética • Dinamismo • Confiabilidade